



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO: TECNÓLOGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

MAYANA FERNANDES DOS SANTOS

**OS LAÇOS CULTURAIS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO
FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE
DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO**

**ARAGUAÍNA-TO
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO: TECNÓLOGO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

MAYANA FERNANDES DOS SANTOS

**OS LAÇOS CULTURAIS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO
FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE
DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO**

Artigo apresentado à UFT- Universidade federal do Tocantins –
Campus universitário de Araguaína para obtenção de título de
graduação em Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, sob
orientação do Prof. Cleiton Silva Ferreira Milagres

**ARAGUAÍNA-TO
2021**

RESUMO

O processo de produção deste artigo, buscou fazer uma análise potencial da organização da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina para sua organização social, como fatores para o desenvolvimento da comunidade tendo como objetivo investigar as representações dos laços culturais, e ainda identificar a visão dos organizadores e mestres das manifestações culturais do festejo, em relação a identidade quilombola. Como metodologia para construção desse trabalho utilizou-se pesquisas bibliográficas, sendo uma pequena parte eletrônica e a pesquisa de campo, onde foi-se realizada entrevista semiestruturada para atingir os objetivos da pesquisa. Como resultado foi possível constatar que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, através da associação da comunidade vem desenvolvendo trabalhos comunitários e estabelece formas próprias de organização social em lutas pelos direitos a terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições, e podendo instituir departamentos que contribuam para o acesso a benefícios diversos, necessários ao atendimento das famílias quilombolas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Laços Culturais; Organização Social; Comunidade Quilombola

ABSTRACT

The process of producing this article sought to make a potential analysis of the organization of the Association of the Dona Juscelina Quilombola Community for its social organization, as factors for the development of the community with the objective of investigating the representations of cultural ties, and also to identify the vision of the organizers and masters of the cultural manifestations of the feast, in relation to quilombola identity. The methodology used to construct this work was bibliographic research, with a small electronic part, and field research, where semi-structured interviews were carried out to reach the research objectives. As a result it was possible to verify that the Quilombola Community Dona Juscelina, through the community association, has been developing community work and establishing its own forms of social organization in the struggle for the rights to land and territory, which concerns not only the ownership of land, but all the elements that are part of their uses, customs and traditions, and may establish departments that contribute to the access to various benefits, necessary for the care of the quilombola families of the Dona Juscelina Quilombola Community.

Cultural Ties; Social Organization; Quilombola Community

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a organização social da comunidade quilombola Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia, estado do Tocantins, descrevendo a relação de confiança entre os moradores, os seus costumes e as crenças compartilhadas. Especificamente, o estudo se propôs a identificar as formas coletivas de organização comunitária; verificar se há a atuação de organizações coletivas na comunidade; analisar alguns fatores que contribuem para os processos coletivos de enfrentamento às adversidades e quais as infraestruturas que dão apoio ao desenvolvimento desta comunidade.

Metodologicamente, o estudo contou com três estratégias de pesquisa, sendo uma bibliográfica com os referenciais que contribuíram para o entendimento acerca da organização social da comunidade, outra documental que teve como fonte de informações documentos textuais, fotografias e documentos históricos. Além de um trabalho de campo em que foi possível realizar uma entrevista em profundidade com o senhor Manoel Filho Borges¹, atualmente presidente da Associação Quilombola Dona Juscelina. Vale destacar ainda que a autora deste estudo reside na comunidade e participa do cotidiano e da organização social que envolve as famílias locais.

Para orientar a pesquisa, partiu-se de um problema com a seguinte questão: De que forma ocorre a organização social da comunidade Quilombola Dona Juscelina e quais os fatores que contribuem para o processo de desenvolvimento da comunidade?

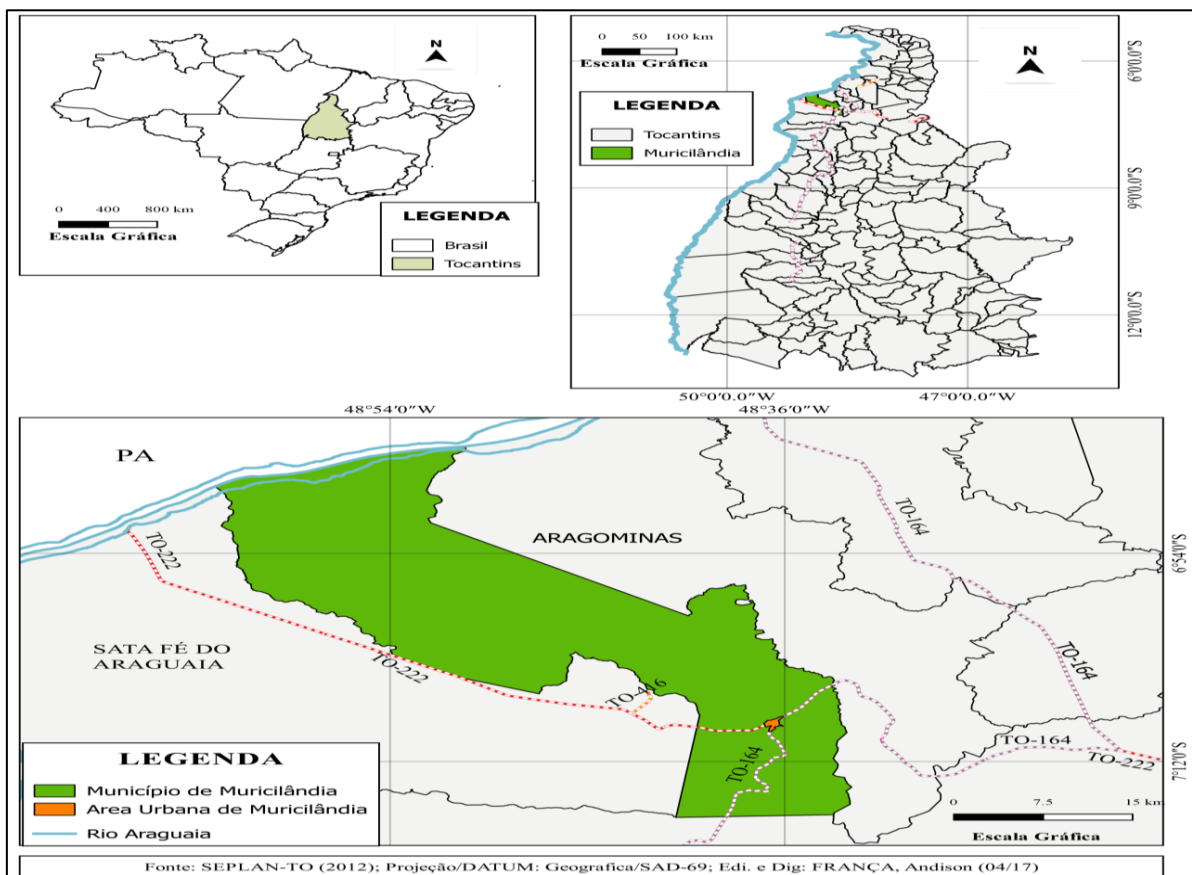
Este trabalho está dividido em 6 partes, além desta introdução. A segunda seção apresenta a trajetória histórica. Na seção seguinte, destaca-se os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento de dados. A quarta seção apresenta um referencial conceitual sobre a cooperação e a sua relação com o desenvolvimento comunitário. Posteriormente, a seção 5 apresenta os resultados que, para uma melhor interpretação dos dados, foram divididos em três tópicos: um sobre os laços culturais, outro sobre a infraestrutura local e ainda um outro sobre a organização social. Por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

¹ Manoel Filho Borges, Presidente da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, Professor da rede estadual de ensino e mestrando do PPGCULT (Programa de Pós-graduação em estudos de Cultura e Território)

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, existem 2.474 comunidades quilombolas certificadas no país, sendo no Estado do Tocantins 39 comunidades localizadas de norte a sul do Estado do Tocantins. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina é uma delas e está localizada na zona urbana do município de Muricilândia², com base em informações a associação conta com 313 famílias. Como já foi mencionado, no Estado do Tocantins existem 39 comunidades quilombolas, que compreendem o patrimônio cultural estadual. Estas comunidades são detentoras de características culturais peculiares que as distinguem umas das outras e de toda a sociedade circundante, apresentando semelhanças no que diz respeito ao uso e ligação com a terra onde estão localizadas, pois esta é usada para manutenção na produção de alimentos necessários a sustentabilidade da comunidade e é o local aonde os seus antepassados estão enterrados, estabelecendo assim o sentimento de pertencimento a terra, onde as raízes culturais estão fincadas, resistindo às ações do homem e do tempo. A figura 1 apresenta a localização geográfica da comunidade.

Figura 1 - Localização geográfica da comunidade remanescente de quilombo Dona Jusce



Fonte: Borges

² Segundo o IBGE Cidades (2021) o Distrito foi criado com a denominação de Muricilândia, pela Lei Municipal nº 55, de 15-12-1963, subordinado ao município de Araguaína. Permanecendo em divisão territorial datada de 1988, com a criação do Estado do Tocantins. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Muricilândia, pela Lei Estadual nº 259, de 20-02-1991, alterado em seus limites pela Lei Estadual nº 498, de 21-12-1992, desmembrado de Araguaína.

Para descrever a trajetória histórica de uma comunidade, acredito que não passa por um único caminho, ela é um fenômeno social, que está relacionado ao comportamento dos indivíduos que convivem nessa comunidade. Assim, apresento a seguir os relatos feitos pelo sr. Manoel Filho Borges, mas também destaco o meu olhar como sujeito social que participa e interage com o modo de vida dos moradores da comunidade Dona Juscelina e que ao longo dos anos fui absorvendo dos mais velhos.

O início da comunidade está atrelada ao processo histórico de um grupo de retirantes nordestinos vindos dos estados do Maranhão, Piauí, romeiros da romaria de padre Cicero que seguiram líder e beata religiosa dona Antônia Barros de Sousa, em direção ao morro santo, o grupo de romeiros passaram pela cidade de Araguaína onde outras pessoas supostamente guiadas pela mesma crença se juntaram ao grupo, todos eram negros sertanejos que fugiam da pobreza e da exclusão social, estes foram os fundadores da comunidade Quilombola Pé do Morro no município de Aragominas, posteriormente alguns desses romeiros seriam os primeiros quilombolas do quilombo Dona Juscelina e fundadores da cidade de Muricilândia.

Como mencionou o sr. Manoel Filho a chegada dos primeiros retirantes para a ocupação do território do quilombo dona Juscelina foi datada como sendo o dia 20 de agosto de 1952. Liderados por um desses retirantes, um grupo de oito homens se desvincilhou se desvinculando do grupo de dona Antônia Barros de Souza, relatos dos mais velhos para os mais novos “*em direção ao Sol poente à procura de um lugar para morar*”. Segundo o entrevistado Manoel filho a decisão de sair do grupo se deu pelo incômodo, na época era período de partilha dos lotes de terra pela beata aos romeiros que havia lhe seguido, ali eles iram construir suas famílias e viverem sem ambição em devoção absoluta aos ensinamentos da líder espiritual. Acontece que um certo dia um jovem que acompanhou Dona Antônia de Souza, se depara com uma situação que ao seu ver contraria os princípios deixados por Pe. Cícero, o da partilha comunitária. Por ouvir um certo diálogo entre o porta voz da beata e um outro romeiro, a quem a beata mandava entrega um lote de terra em um local privilegiado, com boa água e terra fértil, deste modo se sucedeu o fato a uns e outros não serem beneficiados. Então esse grupo chegou ao distrito de Muricilândia e na tarde desse mesmo dia se instalaram a margem do rio muricizal, assim chamado devido a abundância de Murici vermelho nativo na região.

Com a instalação desse grupo, começaram a colocar suas roças de subsistência e o retorno ao Morro Santo se deu apenas para buscar seus familiares. As margens do rio o número de pessoas foi se expandindo nesse território.

Como relatou o sr. Manoel filho, por volta de 1967/1968 ocorre a expropriação do território com a chegada dos representantes do Instituto Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), o instituto chega na região com objetivo de regularizar a situação fundiária das terras ocupadas pelo grupo de retirantes, a terra foi dividida em áreas que equivalem a 101 alqueires³ de extensão. Após a regularização das terras, o IDAGO retorna à comunidade na década de 1990 para delimitar o perímetro urbano do povoado de Muricilândia. Durante esse período, as pessoas permaneciam trabalhando dentro de suas terras, reconhecendo a posse como um patrimônio, entretanto, o instituto goiano começou a exigir dos moradores que estavam dentro do patrimônio, regularizassem suas terras ou as deixassem e fossem morar no povoado, apenas assim o IDAGO legalizaria as áreas rurais, então os moradores que tiveram condições para comprar um pedaço maior o faziam, entretanto, 5 alqueires era do tamanho que a condição dava.

Concomitantemente, em de 1968 começaram a chegar “*pessoas vindo do Sul*”, era como os moradores se reportava aos mineiros, goianos e paulistas que chegaram trazendo títulos de propriedade das terras, informando que eram áreas por eles habitadas. Inclusive, muitos desses títulos eram fornecidos pelo próprio IDAGO. Nesse contexto em que havia uma pressão desses portadores de títulos para que as pessoas se retirassem de suas terras, houve a expulsão dos moradores e quilombolas do local reconhecido como o território ancestral. Atualmente apenas três desses retirantes estão dentro de suas respectivas terras desde a pressão sofrida.

Apesar de todo conflito agrário na região, vale destacar a presença de Dona Lucelina Gomes dos Santos e sua família, que chegou em 1962, vinda de Nova Iorque do Maranhão, uma mulher de identidade negra que tem o seu nome na comunidade quilombola como “um reconhecimento de seu protagonismo político interno e externo à comunidade” como bem destacou Oliveira et al (2020) em memorial descritivo por ocasião da elaboração dos trâmites de solicitação do título de doutorado Honoris Causa junto a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Segundo o entrevistado, o senhor Manoel filho, a matriarca trouxe consigo um acervo cultural para a comunidade dada sua religiosidade, tais como a Folia de Santos Reis, o Festejo do Divino Pai Eterno e Divino Espírito Santo, o Festejo da Abolição realizado no dia 13 de maio em honra a Abolição da Escravatura através da assinatura da Lei Áurea, dona Lucelina é a legítima herdeira e detentora do direito de continuar realizando essa festa que foi passada ela

³ 1 alqueire corresponde a 4.8 hectares.

pelo seu tio Claro Preto do Saco um ano antes dele falecer em 1950 ainda em terras maranhenses.

Nas margens do rio muricizal a festa ficou conhecida popularmente como REBOLADO, o primeiro festejo foi realizado no povoado de Muricilândia em 13 de maio de 1968 organizado pela dona Lucelina com o auxílio de sua irmã moradora do povoado a mais tempo, nesta data a festa foi realizada com poucas pessoas, estimasse umas 50 no máximo 60 pessoas, no final da década de 1970/1980 então Dona Lucelina, que de acordo com relatos do senhor Manoel Filho, ficou conhecida por Juscelina no povoado, apelido atribuído a ela devido sua influência e liderança o que lembrava o ex-presidente da república Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), deixou de festejar em razão da partida de sua irmã que foi embora e o desinteresse das pessoas em participar.

O sr. Manoel Filho Borges pontua que no ano de 2001 época em que era secretário de educação do município, conversando sobre a questão da festa está “parada”, naquele momento Manoel Filho pergunta a dona Lucelina se ela não tinha vontade de fazer a festa novamente, e ela disse que tinha só que não tinha que ajudasse ela, então seu Manoel se propôs ajuda-la nessa atividade, com isso as festividades retomaram começando com bem poucas pessoas mais evoluindo a cada ano depois de 2001. Em 2019 o ano que antecedeu o início da pandemia do covid 19 sediou 46º Festejo da Abolição, sendo esse o ultimo realizado na comunidade nos anos seguintes (2020-2021) na falta da festividade tradicional foram realizados Atos para marcar o 13 de maio como lives, eventos online com palestras de quilombolas locais e de outras comunidades para celebrar a data, com isso ouve um processo de ressignificação desse marco histórico, e as lideranças quilombolas consideram de extrema importância para a retomada da festa presencial do 13 maio nos anos que estão por vir, pois acredita-se que a manutenção da identidade e o sentimento de pertencimento serão resultados desse processo o que fortalecera e solidificara a luta quilombola.

Em abril 2006 veio a comunidade o coordenador estadual das comunidades quilombolas do Tocantins que fez um primeiro contato com a Dona Lucelina e o professor Manoel Filho Borges, e propôs iniciar a institucionalização da comunidade quilombola Dona Juscelina, o que foi aceito positivamente e ficou acertado que a comunidade levaria o apelido de Dona Lucelina, está se chamaria Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, neste mesmo ano começa todo o processo de organização da documentação para solicitar a certificação junto a Fundação Cultural Palmares, que foram as realizações de reuniões para

cadastramento dos quilombolas, por último o a construção e o envio do relatório histórico da comunidade.

O quilombo Dona Juscelina foi certificado em outubro de 2009, logo após o recebimento da certificação a comunidade se organizou enquanto instituição jurídica criando a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo⁴ Dona Juscelina, no ano de 2010 a comunidade protocolou junto ao Incra um ofício solicitando a abertura do processo para identificação e delimitação de reconhecimento do território ancestral, entre 2010 e 2015 o INCRA começou o RTID através de um evento que houve na comunidade um seminário, então teve presente o antropólogo e o técnico responsável pela área fundiária, desde então este ainda não foi concluído nem apresentado a comunidade e o processo está parado. Neste mesmo ano foi criado no quilombo o Conselho de Griôs composto por sete anciãos quilombolas, responsáveis por preservar e transmitir os seus saberes e fazeres tradicionais e também preparar a juventude para sucessão de lideranças na comunidade, com isso estão surgindo firmes posicionamentos da juventude, criando assim um conselho dentro da associação, chamado de Coletivo de Juventude Quilombola, os jovens tem o dever de se interessar pelos afazeres comunitários, pela preservação e manutenção das tradições herdadas dos seus ancestrais para que a comunidade não perca o vínculo com o passado e não deixe de enfraquecer suas manifestações.

O Conselho de Griôs é o transmissor dos conhecimentos tradicionais e seus conselheiros ocupam as mais variadas atuações, desde a capacidade de lidar com as ervas medicinais, com as rezas e benzimentos, com as músicas, o teatro e o artesanato. Esse trabalho coletivo envolvendo a organização social dos indivíduos que constituem a comunidade quilombola gerou transformações internas como a questão do pertencimento indenitária. Ainda que na trajetória histórica a gênese da comunidade negra inicialmente criada foi voltada para a religiosidade através da romaria de padre Cicero, destacando por sua religiosidade popular, com a criação da comunidade quilombola houve uma intensificação deste, logo as pessoas já se viam como romeiras, e passaram também a se ver como quilombolas.

Outra importante transformação se deu na estrutura do Festejo da Abolição, o espaço de fortalecimento cultural da comunidade, a festa que acontecia em um dia somente passou a acontecer em quatro dias, de 9 a 13 de maio, isso mostra que houve uma ressignificação da

⁴Segundo o CONAQ Quilombo? Quem Somos Nós! Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto- atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

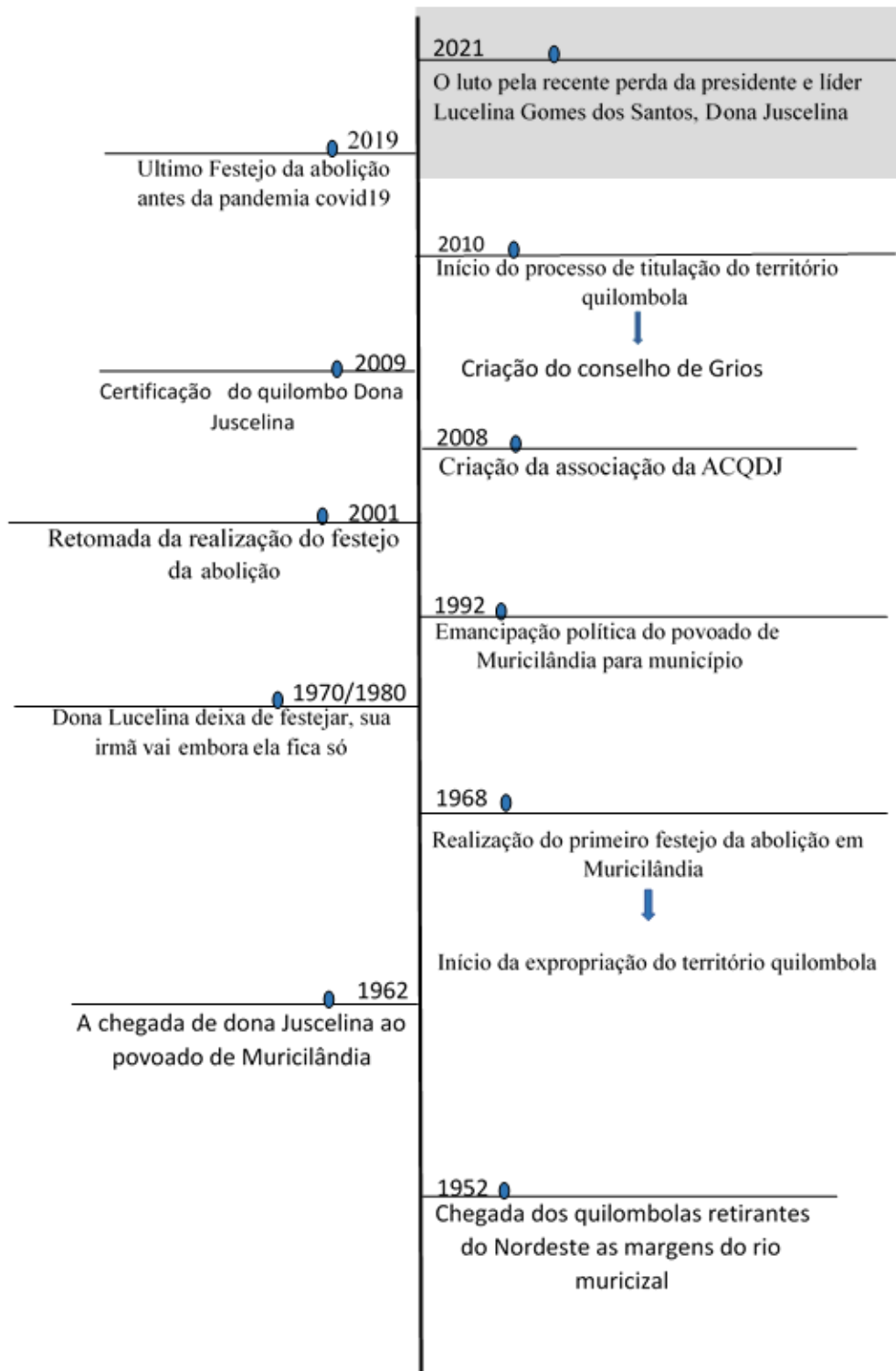
manifestação cultural, acrescentando na celebração do marco da assinatura da lei áurea outros elementos simbólicos, no dia 13 de maio propriamente dito ocorre a tradicional Alvorada às 4 horas da manhã, as 15 horas da tarde uma celebração ecumênica, um momento religioso que deixou de ser uma missa e passou a receber a presença de outros seguimentos religiosos, como representantes da igreja católica, sacerdotes de religião de matriz africana e igrejas evangélicas sobretudo a Igreja Batista. Ocorre após a celebração religiosa o teatro da abolição, a encenação acontece a céu aberto com assinatura da lei Áurea, um espaço de materialização de uma tradição quilombolas, onde os atores que representam os negros escravizados pintam a pele com carvão, o que para a cultura local é a representação do negros afro-brasileiros antes da miscigenação, e para fecha o dia acontece o cortejo da abolição, onde todos os presentes saem em passeata cantando e dançando pelas principais ruas da cidade.

Nos dias que antecedem o dia 13 de maio é realizado o Seminário Afro-brasileiro e Quilombola para discutir temáticas referente a território, educação, a legislação, políticas públicas, a identidade, a cultura e religião do próprio Quilombo, em quanto no mesmo espaço acontece a Feira de Culinária para expor pratos típicos tanto para degustação quanto para a comercialização gerando assim uma fonte de renda para os quilombolas, nas barracas de vendas é exposto tanto o alimento como outros produtos da comunidade, tais como artesanato.

No tocante a educação, o acesso dos quilombolas ao estudo segundo o senhor Manoel a alguns anos atrás era de difícil acesso, o entrevistado relata que,

Era muito difícil o filho da comunidade conseguir fazer uma faculdade, era raro o caso de ingresso na vida acadêmica. Com a certificação enquanto comunidade quilombola através do empenho das lideranças e políticas públicas voltadas para a educação quilombola principalmente para a inclusão e permanência desse público na universidade os jovens e não jovem, aqueles que tinham interesse em estudar ingressaram no mundo da formação superior.

Figura 2 – Linha do Tempo das transformações ocorridas no Território Quilombola



Fonte: Fernandes, 2021

A seguir, destaca-se algumas datas importantes que vivenciaram a comunidade Dona Juscelina em sua transformação histórica:

- Em 20 de Agosto 1952 chegada dos primeiros retirantes.
- 1962 chegada de Dona Juscelina no povoado só depois de seis anos começa a festejar o 13 de maio.
- 1967/1968 começa com o IDAGO Instituto Desenvolvimento Agrário de Goiás ele surge na região com intuito de regularizar a situação daquelas terras.
- Em 13 de Maio de 1968 acontecia a primeira festa em honra a Abolição da Escravatura através da assinatura da Lei Áurea em 1888 no Povoado de Muricilândia.
- Em 1970/1980 dona Lucelina deixa de festejar, sua irmã vai embora ela fica só as pessoas começam a se desinteressar de participar da festa não tendo aquele apoio ela fica muito sozinha e acaba parando a festa.
- Em 2001 com a colaboração do professor Manoel Filho Borges a festa retorna com bem poucas pessoas com umas 100 pessoas participando na festa e depois cada ano vai crescendo e mais depois de 2001.
- Em abril 2006 veio a comunidade o coordenador estadual das comunidades quilombolas do Tocantins que fez um primeiro contato com a dona Lucelina e o professor Manoel Filho Borges, e propôs iniciar a institucionalização da comunidade quilombola, o que foi aceito positivamente e ficou acertado que a comunidade levaria o apelido de dona Lucelina, está se chamaria Comunidade Remanescente de Quilombo dona Juscelina.
- Em outubro de 2009 foi certificada e logo depois recebe a certidão, e em 2010 a comunidade se organiza enquanto instituição jurídica e cria Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.
- Entre 2010 e 2015 o INCRA começou o RTID através de um evento que houve na comunidade um seminário, então teve presente o antropólogo e o técnico responsável pela área fundiária, desde então este ainda não foi concluído.
- 2012 Dona Juscelina recebeu o título de cidadã Muricilandense, título concedido pela Câmara de Municipal de Muricilândia por serviços prestados a cidade na construção de uma comunidade negra quilombola, assim resgatando incentivando a cultura e os direitos desta comunidade quilombola.
- Em 2016 ano em que Dona Juscelina recebeu o reconhecimento a importância na luta em defesa dos direitos da comunidade remanescente de quilombo, receber o Prêmio

Boas Práticas em Direitos humanos, Categoria VIII- Igualdade Racial, concedido pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins.

- Em março de 2021, o Conselho Superior (Consumi) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) concedeu título de Doutora Honoris Causa à Dona Juscelina. Esse título foi atribuído a personalidade que tenha se distinguido pelo saber ou por atuação em prol da arte, das ciências, da filosofia, das letras ou por sua boa reputação, virtude, mérito ou ações de serviço que transcendam famílias, pessoas ou instituição.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativo, pois trabalha com significados, motivos, aspiração, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômeno que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (Minayo, 2013). Assim, para explicar e analisar a organização social do quilombo Dona Juscelina, uma comunidade tipicamente marcada por traços que remontam a vida rural, mas que tem se desenvolvido em meio a comunidade urbana, este estudou encontrou na observação do campo e na entrevista semiestruturada uma forma de compreender a relação de confiança, os costumes e as crenças compartilhadas.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2019, p. 27). Desta forma, no intuito por responder à questão problema que orienta o estudo, a pesquisa envolveu técnicas como: a análise bibliográfica e documental, num primeiro momento e, posteriormente, o trabalho de campo, sendo a entrevista e a observação, instrumentos utilizados para a coleta de dados.

Segundo Cotanda *et al.* (2008) o trabalho documental permite acessar informações já produzidas por terceiros. São fontes como informações estatísticas oficiais, documentos textuais, fotografias, atlas, além de outros documentos audiovisuais, bem como documentos históricos, como registros oficiais, leis e decretos, atas e, ainda, diários, histórias de vida e outras formas narrativas.

Por sua vez, o trabalho de campo se propôs a “revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995, p. 69). Ao identificar as formas coletivas de organização comunitária e verificar se há a

atuação de organizações coletivas na comunidade, o entrevistado escolhido para a coleta de dados que também atua na função Presidente da Associação da Comunidade, pode apresentar os desafios que envolver o trabalho coletivo, sendo este a base para o campo de estudo na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Para MINAYO (1992, p. 53), “concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

Vale destacar que a autora é membro da comunidade quilombola e interage com os membros da associação e participa da vida cotidiana na comunidade. Para Copé e Rosa (2008) a experiência do campo ou de “estar em campo” não significa meramente a preocupação do investigador em definir a melhor logística ou técnicas de obtenção de dados mais adequadas para suas abordagens, mas também uma instância de reflexão teórica e de interpretação. O trabalho de campo “significa, também, as relações com as comunidades locais, suas interpretações do passado e seus interesses políticos e sociais” (COPÉ; ROSA, 2008, p. 99). Nesse sentido, este estudo apresenta um olhar observador de quem vive na comunidade, mas também de quem a investiga.

4. A COOPERAÇÃO COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

No presente artigo vamos discutir a importância da cooperação, participação e desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento de comunidades, apontando algumas barreiras e desafios, para que esse desenvolvimento ocorra. Milagres et al (2016) argumentam que o desenvolvimento comunitário envolve tanto as pessoas, quanto as vocações da comunidade local e que o seu papel relevante é o fato de a ação comunitária não ter um dono e ser de todos. Para esses autores, o trabalho coletivo pode ser democraticamente gerido e que o “nós” pode prevalecer de forma participativa na construção do bem comum.

Na definição de Ammann (1978) a participação social representaria “o processo mediante o qual os membros de uma sociedade (ou organização) tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa sociedade” (AMMANN, 1978, p.61). Ora, o fato de os atores sociais presentes na comunidade compartilharem as responsabilidades sociais, isto é, cada um se sentir forte, importante e ativo na construção de um bem público, oferecendo seu esforço físico, mental e material ou financeiro ao que é reclamado por todos, configura a verdadeira ação comunitária (FERREIRA NETO, 1987). Uma comunidade organizada formalmente poderia, mediante a participação de seus associados, serem promotoras da ação

comunitária e conduzir projetos/programas para a comunidade na qual se encontram inseridas, visto que os seus associados-usuários seriam também agentes e beneficiários. Para Erik Boettcher (1974, p. 22 *apud* Frantz, 2001), a cooperação é a atuação consciente de unidades econômicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo.

Ou seja, ao capacitar os seus associados para a participação, se promoveria simultaneamente a formação de cidadãos capazes de participar na gestão das políticas públicas que poderiam beneficiar o coletivo. Deste modo, os envolvidos numa associação comunitária, por exemplo, poderiam transformar-se em atores coletivos com papel destacado no processo de desenvolvimento. Alberto (2014, p. 6) complementa que:

A análise e a conseqüente sistematização das reflexões e conceituações da educação em valores fortalece as relações individuais e coletivas dos membros da comunidade, que expressam a significação socialmente positiva de cada membro e de todos para o desenvolvimento comunitário, desenvolvendo a capacidade para estabelecer um projeto social, que permita promover novas redes de comunicação, interesses e apoio mútuo, com o propósito de alcançar determinados objetivos, satisfazer necessidades, resolver problemas ou desempenhar funções sociais relevantes a nível comunitário, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade como espaço socializador e resultado da educação no valor participação social, constituindo esse facto a variável principal da investigação.

Iván Lira (2005) acrescenta que o desenvolvimento local atribuído deste fator comunitário é um processo eminentemente endógeno, ou seja, que procura aproveitar suas potencialidades próprias – naturais, humanas, institucionais e organizacionais – para transformar os sistemas produtivos locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, essas transformações na qualidade de vida seriam consequência também da própria ação dos cidadãos beneficiários, já que eles se transformariam em verdadeiros atores no processo de desenvolvimento, participando desde a idealização até a avaliação, incluindo a decisão, o planejamento, a execução e o controle dos projetos e processos de desenvolvimento. Por isso, quando se investe no desenvolvimento da participação e da capacitação dos cidadãos, estaria se promovendo também, paralelamente, o desenvolvimento local, porque se capacitariam àqueles que modificariam as condições de vida e sua situação, capacitando-os para agir ativamente na sua realidade, podendo utilizar para isso a própria cooperativa (MILAGRES, SOUSA E AMODEO, 2016).

Kliksberg (2000) em seu trabalho sobre “as seis teses não convencionais sobre participação”, nos faz refletir no quanto é imprescindível uma abertura para ajudar que as promessas da participação comunitária possam se tornar realidade em benefício dos amplos

setores desfavorecidos da região, de pôr em foco a nova legitimidade da participação e ainda, de identificar algumas das principais resistências à participação e sugerir estratégias para encará-las. Ainda reforçando a questão da participação no processo de desenvolvimento, para esse mesmo autor a participação tem triunfado no discurso, mas na prática nem tanto. A participação implica profundas mudanças sociais, portanto gera resistências e, ao ameaçar interesses estabelecidos, se desenvolvem estratégias para impedir que elas sejam implementadas realmente.

5. RESULTADOS

5.1. OS LAÇOS CULTURAIS QUE FORTALECEM A DINÂMICA COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS

Devido a comunidade ter suas origens na Romaria de Padre Cícero, esta possui fortes laços com o catolicismo popular sincretizado nas religiões afro-brasileiras presente nas manifestações religiosas, dentre estas estão as penitências, festa de Santos Reis, do Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo e outras divindades católicas. A figura a seguir retrata um pouco da vivência comunitária.

Figuras 3 e 4 – As festas religiosas da comunidade Folia de Santo Reis Altar e Palhaços



Fonte: João Filho Pereira dos Santos, 2018

Outro laço cultural forte na comunidade é o Festejo da Abolição da Escravatura (neste evento acontece o seminário, a alvorada, o teatro e o cortejo pelas ruas da cidade), realizado todos os anos no dia 13 de maio desde 1968. O Festejo é um importante marco cultural do quilombo, a figura a seguir apresenta o Festejo da Abolição realizado no ano de 2019.

Figura 5 Festejo da Abolição da Escravatura Fonte



João Filho Pereira dos Santos, 2019

Há ainda os Encontros de Griôs⁵ que acontecem periodicamente entre a juventude e os anciãos quilombolas para a manutenção de sua identidade tradicional. Esta é um forte laço cultural que favorece as redes de confiança entre os mais jovens com os mais velhos. A figura a seguir apresenta o Encontro.

Figura 6 Encontro de Griôs



Fonte: João Filho Pereira dos Santos, 2018

⁵ Griôs significa anciãos da cultura afro-brasileira na comunidade, conhecedores da cultura negra ancestral (TUPINAMBÁ, GONÇALVES E CHAVES, 2020)

5.2. A INFRAESTRUTURA QUE APOIA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

A comunidade Dona Juscelina se encontra no perímetro urbana de Muricilândia, com isso a comunidade faz uso da infraestrutura disponibilizada pelo município o que é garantido para todo o cidadão sem nenhuma preferência, ou prioridade para o povo quilombola, exceto a sede da associação do quilombo Dona Juscelina, esta encontra se provisoriamente na residência da matriarca, sendo que já houve aquisição de um lote para a construção da sede permanente. No tocante a saúde pública os atendimentos são os mesmos para todos os públicos, para os quilombolas e não quilombolas. A figura a seguir apresenta o posto de saúde utilizado pela comunidade

Figura 6 – Unidade Básica de Saúde que atende a comunidade Quilombola



Fonte: Prefeitura de Muricilândia 2019

Já na educação há um pequeno diferencial, devido a existência da comunidade quilombola dentro do município, as escolas recebem benefícios na alimentação escolar, tanto na rede municipal como na rede estadual, o valor *per capita* é mais alto do que as escolas que não atendem alunos quilombolas, no entanto as escolas não possuem uma disciplina exclusiva para trabalhar a educação quilombola, esta temática é abordada de forma transdisciplinar dentro da grade curricular do aluno, através do Projeto Político Pedagógico (PPP) que é elaborado com a realização dos próprios professores, tanto no que se refere ao planejamento da ação quanto na execução. A figura a seguir apresenta a sede da escola onde estudam a maioria das crianças da comunidade.

Figura 6 – Unidade Básica de Saúde que atende a comunidade Quilombola



Fonte: Maria Da Guia Chaves Borges 2021

No que diz respeito ao transporte escolar o município não tem um ônibus exclusivo para alunos quilombolas, todos esses alunos estão distribuídos nas escolas do perímetro urbano e rural, com isso a comunidade quilombola se utiliza do transporte escolar que é destinado a todos os muricilandenses. No que se refere ao transporte público o próprio município não possui um transporte coletivo de uso público, quando há necessidade de um deslocamento dentro ou fora da comunidade não existe uma prioridade para atender o público quilombola, sendo esta demanda privada e individual de cada cidadão.

A segurança pública é do mesmo modo, devido a situação urbana do quilombo e se tratando de uma cidade pequena, os quilombolas utilizam dos mesmos mecanismos que estão disponíveis para garantir a proteção e a segurança, reduzir a criminalidade e promover o bem-estar da população.

No que diz respeito ao lazer da comunidade, em Muricilândia não há um espaço que seja voltado somente para as atividades quilombolas, estas ocorrem nos limites da cede provisória, ao ar livre e nas avenidas, os demais espaços disponibilizado pelo município são de utilização pública, como as quadras de esporte, os campos de futebol e Society, o balneário onde tem a quadra de vôlei de areia, as praças públicas onde acontecem os eventos culturais e outros eventos que são promovido pela gestão e comunidade. Estes espaços tanto atendem aos quilombolas como os não quilombolas, tudo é tratado como igual, e ao ver da comunidade quilombola não é preciso que haja uma distinção.

Já nos programas sociais que atendem com exclusividade e com prioridade a população quilombola é necessário que haja distinção, pois, esta população possui singularidades, que é o

caso e doenças que só são acometidas em pessoas negras como anemia falciforme, a grande massa da população negra estão nos quilombos, tanto urbano com rural.

5.3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA COMO POTENCIALIDADE PARA INCREMENTAR CAPITAL SOCIAL: AVANÇOS E ENTRAVES

A organização social da comunidade quilombola está intimamente ligada a trajetória histórica que envolveu desde o início, em 1953, quando o grupo de 8 homens foi em busca de melhoria de vida para suas famílias.

A instituição da festa do 13 de maio através de dona Juscelina em 1968, mesmo ela chegando em 1962, foi outro avanço que contribuiu para fortalecer os laços culturais, mas também orientou a certificação da comunidade que passou a ser reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Esse novo rearranjo espacial, fez com que a comunidade solicitasse junto ao Incra, a identificação e a delimitação do Território quilombola. Essa ação comunitária favoreceu também o acesso às políticas públicas do governo federal, como as cestas alimentares que mesmo não vindo com regularidade chega para atender as famílias quilombolas.

Outro benefício que constitui também como um avanço e fortalecimento para a organização social é o ingresso dos quilombolas na universidade para cursar uma graduação. Através de processos seletivos como o vestibular ou por outros processos (Enem, Prouni etc.), e também o acesso a cotas e a bolsa permanência para os quilombolas, são políticas públicas que contribuem para o acesso ao ensino superior.

Outro considerável avanço são as relações institucionais entre o meio interno, comunidade, e externo, que são as instituições federais e estaduais, como as instituições de ensino como a Universidade Federal do Tocantins e o Instituto Federal do Tocantins que desenvolvem atividades como a realização de pesquisas acadêmicas e projetos de extensão realizadas na comunidade em grande parte voltado para o fortalecimento da festa cultural do 13 de maio, Festejo da Abolição da Escravatura.

Inclusive nos últimos anos o primeiro dia do evento como elemento reforçador dessa relação entre a universidade e a comunidade, o anual Seminário Afro-brasileiro e Quilombola se inicia na Universidade Federal do Tocantins, como abertura do Festejo da Abolição e segue as outras ações que acontece na comunidade.

No aspecto cultural da comunidade, a realização do seminário além das outras das outras manifestações das outras atrações culturais que compreende o Festejo da Abolição um

seminário de cultura afro-brasileira e quilombolas que já foi realizada sua oitava edição e já passaria para a nona edição, lembrando que começa na comunidade no ano de 2011, desde então vem sendo realizado todo ano na comunidade, onde são discutidos e apresentados trabalhos pesquisa e debatido com o público presente .

Neste contexto de pandemia da covid-19 a inclusão dos quilombolas nos grupos prioritários para acesso a vacinação assim como todas as outras não foi uma conquista simplesmente por vontade do governo, mas foi uma demanda dos movimentos⁶ que representam as comunidades quilombolas tanto a nível de estado como do Brasil, atualmente a população quilombola de Muricilândia quase na sua totalidade já receberam as duas doses da vacina.

No âmbito local houve a constituição da comunidade como a associação que foi em 2010, constituída por todos os departamentos e conselhos distribuídos nesta associação e dirigidos pela diretoria que faz as suas reuniões acolhendo as demandas na sede da comunidade e encaminhando para assembleia geral para deliberar e votar.

Segundo relatos do Presidente do quilombo Dona Juscelina em 11 anos no campo da educação a comunidade quilombola ainda nem a rede municipal nem a rede estadual abriu um canal de comunicação com a comunidade quilombola para poder institucionalizar ou seja, para poder inserir e criar meios , em conjunto, com o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Estadual de Educação para a criação de uma disciplina de educação quilombola para que fossem trabalhadas nas escolas, nesse aspecto a comunidade não avançou .

Muito embora os avanços que acontece no campo da educação ele provém da própria comunidade quando através do conselho de Griôs que tenta repassar para os mais jovens os seus conhecimentos dos seus ancestrais, e esses conhecimentos são levados para as escolas mas como uma iniciativa que parte da própria comunidade quilombola quando esporadicamente às vezes ao convite das escolas do município e do estado para que esses anciãos detectores desse conhecimento adentrem o espaço escolar para levar esse conhecimento.

No campo da Saúde do nosso município, não tem nenhum programa que atende exclusivamente ou que atribua uma certa prioridade ao atendimento ao povo quilombola mais é preciso que se inicia um diálogo com a Secretaria de Saúde do município, mas até agora não houve nenhum diálogo para tratar desse assunto.

⁶ CPT Comissão Pastoral da Terra parceira da comunidade nos movimentos desde 2008. COEQTO Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins, que engloba todas as comunidades quilombolas do Tocantins que também é parceira da comunidade dona Juscelina desde 2012. MEIQ Movimento Estudantil Indígena e Quilombola, lutam e buscam por direitos estudantil dentro da universidade federal do Tocantins parceira da comunidade desde sua criação 2018.

Nos que diz respeito aos retrocessos a comunidade pontua o retorno ao território ancestral, esta classifica que, ao mesmo tempo que é um avanço, acaba sendo uma estagnação o processo de identificação e delimitação do território da comunidade quilombola, pois o processo se encontra parado de modo que nem mesmo o RTID - Relatório Técnico De Identificação e Delimitação foi concluído, já se passaram 11 anos e não foi apresentada nenhuma decisão a respeito, ao ver dos quilombolas havendo uma real agilidade e compromisso em demarcar, identificar e delimitar o território da comunidade, esta já estaria produzido e avançando muito mais nas suas conquistas.

A associação quilombola segundo seu estatuto é uma pessoa jurídica de natureza cultural e social, gerenciada de maneira comunitária não possui fins lucrativos, é ainda constituída por um número ilimitado de associados sendo estes remanescentes de quilombolas com vínculo de ancestralidade em linha reta com os pioneiros do quilombo, com sede provisória em Muricilândia, Avenida Antônio Carneiro Dourado, S/N, centro, a associação procura estabelecer parcerias com instituição e entidades públicas e privadas, com isso está se organiza da seguinte maneira em termo de reuniões, a assembleia geral ordinária e as reuniões ocorrem regularmente a cada dois meses na comunidade, onde a comunidade discute e decide sobre as pautas apresentadas, a diretoria é responsável pela mobilização dos quilombolas e delimitação dos assuntos que dizem respeito ao cotidiano do quilombo, diferenciando estes dos temas exclusivos de uma reunião extraordinária.

Em sua gênese a associação tem por finalidade definir formas próprias de organização social, investido assim na formação de lideranças jovens principalmente através da transmissão oral dos conhecimentos ancestrais, a luta e defesa do território material e imaterial também é função da ACQDJ, objetivando o bem-esta e a soberania do povo quilombola e está adepta a três fundamentos, a ética, religiosa e cultural.

Em uma Assembleia geral quando há alteração no aspecto financeiro da comunidade, contas, transferência de recursos, ou então alterar a lei da comunidade que é o estatuto, eleição, ou havendo de repente a necessidade de se substituir repentinamente a presidência da associação as assembleias serão extraordinárias.

Em relação a organização interna da associação da comunidade quilombola, é composta por Presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, além disso existe também os conselhos, tais como: conselho fiscal, onde seus componentes fiscalizam as ações da diretoria, este intervém na parte financeira, na execução de obras ligadas diretamente a preservação do patrimônio tanto material como imaterial da comunidade, seus conselheiros são

divididos em 3 titulares e 3 três suplentes, o primeiro, segundo e terceiro suplente, na vacância de um dos titulares como na diretoria assume o cargo vaga.

O conselho cultural da comunidade é o responsável pelo resgate, manutenção a preservação e realização de eventos de caráter cultural, este também zela do patrimônio imaterial quilombola. Há um outro conselho, o de radiodifusão que atua em consonância com o conselho comunitário, os dois são integrados e trabalham a questão coletiva da associação, a criação de uma futura rádio quilombola, por exemplo, que será de responsabilidade deste conselho, o que está constituído e contemplado no estatuto, recentemente foram também criados o departamento de assistência social responsável pelo cuidado, motivação e relacionamento próximo com as famílias quilombolas, principalmente com aquelas que mostrarem distantes de sua obrigação estatutárias ou em estado de vulnerabilidade, o departamento de educação popular responsável pelo conhecimento e criação de políticas voltadas para a elevação da escolaridade quilombola, e o conselho de juventude “Griôs aprendizes” responsável por formular, incentivar e efetivar planos de inserção dos jovens no cotidiano cultural do quilombo e nos espaços de poder dentro e fora da comunidade.

Entre os conselhos está também o celebre conselho de Griôs, presidido pela matriarca do quilombo, sendo este um cargo vitalício, que será extinto após a morte desta, o conselho é a vanguarda da comunidade, formado por ancião homens e mulheres, que possui a responsabilidade de manter a tradição, de preservar e transmitir os conhecimentos ancestrais recebidos, que são repassados para os mais novos para que a comunidade não se perca na sua trajetória cultural e indenitária ao longo da sua existência, esse papel é muito importante na comunidade, são eles os guardiões da memória da comunidade, os transmissores da memória e preparadores da juventude para assumirem esse compromisso no futuro, a relevância deste conselho se iguala ou supera a da diretoria e conselho fiscal.

Os Griôs em suas atribuições aconselham, deliberam e fiscaliza os demais conselhos, diretoria e ainda a assembleia geral, ocasionalmente o conselho em questão se reúne para discutir assuntos de interesse da associação e da comunidade, destas reuniões resultam os “pareceres dos Griôs”, documentos que contém as decisões e conselhos para os assuntos em discussão. Outro momento direcionado pelos anciãos são os Encontros de Griôs, eventos temáticos realizados com a juventude quilombola e gerações mais novas para conta histórias, e faz oficinas de fazeres tradicionais, nós já realizados os temas abordados foram, artesanato com paia de babaçu, a culinária tradicional com o babaçu e a mandioca como matéria prima,

além destes acontecimentos existem ainda os espaços informais de diálogo entre a comunidade e os Griôs.

A comunidade mantém com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do PPGCUT - Programa de Pós-Graduação e Cultura Território - o projeto de extensão de construção da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, esse projeto teve início em março de 2019, foram realizadas oficinas, onde alguns professores da universidade fizeram um trabalho de preparação e reconhecimento da realidade, histórico e território da comunidade junto com os quilombolas, com isso está na responsabilidade da instituição de ensino a conclusão da cartografia, que é a transferência do material que foi produzido para o mapa final, até esta data o quilombo ainda aguarda a finalização deste processo.

A Comissão Pastoral da Terra em parceria com o quilombo realiza um projeto há anos na comunidade, que é a caminhada de combate ao trabalho escravo que acontece na semana nacional de combate ao trabalho escravo, composta de uma série de eventos, com ciclos de palestras, com exposições de filmes e documentários, com o foco na conscientização e denúncias da exploração da mão de obra e o trabalho escravo contemporâneo.

A relação da comunidade com a COEQTO, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins que tem sede em Palmas e engloba todas as comunidades quilombolas do Tocantins, parte desde o processo de certificação do quilombo dona Juscelina, desde então mantém um diálogo próximo com esta, todos os fóruns realizados pela Coeqto, sempre em Palmas e algumas outras cidades circunvizinhas representantes da comunidade estiveram presentes, com oportunidade de fala em diversos momentos, atualmente o quilombo possui um representante na gestão de coordenação. Em primeiro momento um dos representantes do quilombo Dona Juscelina foi o professor Manoel Filho Borges que hoje é o Presidente da comunidade de Dona Juscelina e depois dele veio outros nomes que compuseram a coordenação.

Um outro organismo que a comunidade também ajudou a construir foi o (MEIQ), Movimento Estudantil Indígena e Quilombola, criado em março de 2018 para lutar, buscar e reivindicar os direitos estudantil dentro da universidade, o principal marco do MEIQ foi a ocupação do Campus da Universidade Federal do Tocantins de Araguaína, que ficou paralisado por várias semanas, nesse período a comunidade quilombola como algumas aldeias indígenas adentraram a universidade para dá apoio e segurança as lideranças quilombolas estudantis que estavam na ocupação, nesta ocasião a COEQTO se deslocou para Araguaína, onde a coordenadora acompanhou o desenrolar da negociação como também disponibilizou a sua

estrutura jurídica para dá suporte aos alunos quilombolas e indígenas que estavam na ocupação pelas suas reivindicações e garantia de direitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observação e entrevista realizada, foi possível perceber que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina e associação tem um grande potencial para seu desenvolvimento com atividades coletivas, a realização da festividade do 13 de maio tornou-se um incentivo para a geração de renda da associação e seus associados, a exemplo disto está a comercialização de objetos confeccionados pelos quilombolas, como o artesanato e há também a venda de comidas típicas da comunidade, o que acontece por conseguinte em outros acontecimentos no decorrer do ano, não somente no Festejo da Abolição.

Entretanto é evidente que o quilombo ainda enfrenta dificuldades referentes ao seu crescimento e manutenção da identidade, visto que está localizada dentro da zona urbana do município de Muricilândia e não dentro de seu território ancestral, com isso já são 11 anos da certificação da comunidade e devido não titulação das terras quilombolas principalmente, ainda não existe escolas públicas da rede estadual ou municipal de ensino destinadas exclusivamente para os quilombolas, além da educação a saúde e espaços de lazer são todos de uso geral, disponibilizado pelo município.

Isto se dá devido à falta de um canal de comunicação entre a comunidade quilombola e órgãos municipais e estaduais competentes, para que seja institucionalizado, inserido e criado meios em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Estadual de Educação para a criação de uma disciplina de educação quilombola para as escolas que atendem os alunos quilombolas. O mesmo deve ocorrer em relação aos outros seguimentos sociais que influenciam fazem parte do cotidiano da comunidade, como a saúde.

A única educação quilombola que é realmente efetivada se dá pelo conselho de Griôs, composto por detentores da tradição e responsáveis por repassar para os mais jovens os seus conhecimentos ancestrais, de certo modo esses conhecimentos são levados para as escolas como uma iniciativa proveniente da própria comunidade quilombola.

Porém, em meio aos encontros diários do quilombo há resistência. A vida e legado dos antepassados é para os quilombolas inspiração para as lutas atuais, o luto pela recente perda da presidente e líder Lucelina Gomes dos Santos, dona Juscelina (1930-2021) impactou as estruturas do quilombo, entretanto a falta da matriarca, uma mulher negra senhora de grandes feitos, que foi parteira, romeira de padre Cicero e neta de escravo, deixou valorosos

conhecimentos e ensinamentos para os seus, junto da sua memória dona Juscelina também deixou lideranças de todas as idades, ativistas que lutam pelos seus direitos e levam consigo a inspiração da liderança desta grande potência quilombola.

Hoje o quilombo dona Juscelina e sua associação são protagonista de sua própria história, possuem uma estrutura organizacional rica em culturas, saberes e ensinamentos, presentes em distintas esferas, seguem ocupando espaços e lutando em prol das suas causas, a comunidade ficou conhecida nacionalmente por sua festividade do 13 de maio onde se reunir várias pessoas para tal comemoração, e também por suas rezas, penitencia, festa de Santos Reis, do Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo e outras divindades católicas herança da romaria.

Dessa forma, este trabalho buscou facilitar o estudo de como desenvolver na associação do quilombo dona Juscelina métodos de aprimoramentos baseados nos conhecimentos, deveres e fazeres tradicionais, indicando também as riquezas dos seus laços culturais que são passados para os mais jovens, que possibilitam um melhor desenvolvimento social, cultural e econômico no presente e também para o futuro da comunidade.

Devido, a comunidade não ter cede própria ainda e seu funcionamento está na casa da matriarca, associação não possui um lugar específico para seus trabalhos, tesouraria que é responsável pelas contas e recebimentos dos valores que cada associado paga está localizada na casa de uma das associadas quilombolas onde é desenvolvido essa parte do serviços, neste caso sugiro que os associados que fazem parte das diretorias responsável passem por uma capacitação para melhor desenvolvimento de seus trabalhos em termos de organização de seus espaços e ter seus próprio objetos de trabalho onde poderão fica armazenado toda a documentação da comunidade assim deixando de ter o maior acúmulos de papel que com tempo podem se deteriora pendendo as informação contidas neles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S. B. **Participação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1978.

FERREIRA NETO, A. **Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

KLIKSBERG, B. Six unconventional theories about participation. **International Review of Administrative Sciences**, v.66, p.161-174, 2000.

Minayo, M.C.S. (2013). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Maria Adelina Lima do Nascimento Alberto (2014, p.6). **Mulemba** Revista Angolana de Ciências Sociais

Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa. Comunidades Quilombolas. Governo do Estado Gestão Municipalista. Disponível em:< <https://www.to.gov.br/adetuc/comunidades-quilombolas/6njfrsueivpa#>. Acesso em: 17/08/2021